



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

PARA O SISTEMA COMPRAS.GOV: Nº 90004

EXPEDIENTE GPRO Nº. 12260/2025

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí - SAAE, localizado à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121, Centro, Jacareí – SP, CEP: 12.327-703, e-mail: licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será regido pela **Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos municipais nº 659/2022, 660/2022, 664/2022 e 665/2022 e demais legislações aplicáveis**, com suas alterações e demais exigências deste Edital, adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o seguinte:

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico:

DATA: 24/06/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09H00MIN

VISTORIA TÉCNICA ATÉ ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR À DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras (UASG 926641)

SUMÁRIO

1. OBJETO – Valor Estimado: R\$ 260.957,76	2
2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	2
3. DO REGISTRO CADASTRAL	3
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5. DA PROPOSTA DE PREÇOS	7
6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, MODO DE DISPUTA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	11
8. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	12
9. DA HABILITAÇÃO	15
10. DOS RECURSOS	19
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	19
12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
13. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	20
14. PRAZO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO	21
15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	22
16. EXTINÇÃO CONTRATUAL	23
17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23



18. DA ANTICORRUPÇÃO	25
19. DA LEI 13.709/2018 – LGPD.....	25
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
ANEXO I PREÇO DE REFERÊNCIA, PLANILHA DE CUSTO, TERMO DE REFERÊNCIA. 27	
ANEXO II MINUTA DE CONTRATO	47
ANEXO III TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO	59
ANEXO IV DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA.....	61
ANEXO V DECLARAÇÃO DE VISITA.....	62
ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO	63

1. OBJETO – Valor Estimado: R\$ 260.957,76

1.1. O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA – DDG, NA MODALIDADE 0800, COM SISTEMA DE TARIFAÇÃO REVERSA, QUE POSSIBILITE O RECEBIMENTO DE LIGAÇÕES LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA, EM ÂMBITO NACIONAL, ORIUNDAS DE TELEFONES FIXOS E MÓVEIS**, decorrente da Solicitação de Compra (SC) 1407/2025, conforme condições, quantidades e exigências deste edital e anexos.

1.2. EM CASO DE DISCORDÂNCIA EXISTENTE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DESTE OBJETO DESCRITAS NO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO ATRAVÉS DO SITE www.gov.br/compras E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, PREVALECERÃO AS QUE CONSTAM NO EDITAL.

1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico estabelecido no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.4. Não haverá reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) às microempresas e empresas de pequeno porte, haja vista o tratamento diferenciado à estas poderia acarretar prejuízo ao conjunto do objeto licitado, nos termos do art. 49, III da Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, na forma eletrônica, através do e-mail licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, devendo o licitante mencionar a modalidade, o número e o ano do processo licitatório.

2.1.1. O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



2.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

2.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.

2.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3.1. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.saaejacarei.sp.gov.br e do quadro de avisos da plataforma www.gov.br/compras, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3. DO REGISTRO CADASTRAL

3.1. No SICAF

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.gov.br/compras.

3.1.3. O cadastro junto ao provedor do Site implica a responsabilidade legal única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.1.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, não cabendo ao provedor do Site ou ao SAAE-JACAREÍ, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Portal Eletrônico para imediato bloqueio de acesso.

3.2. No PNCP

3.2.1. A licitante deverá ainda estar devidamente inscrita no registro cadastral unificado disponível no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados:

4.1.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atendam às condições deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 9 deste edital e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.2. Que atendam às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.3. Que possuam o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.2.1. Se estabelecidos itens destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte neste instrumento, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), a obtenção do referido benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.2. Será permitida a participação de consórcio, desde que se atenda a legislação aplicável e as seguintes condições:

4.2.2.1. É vedada a participação de empresa consorciada nesta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.

4.2.2.2. Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação.

4.2.2.2.1. O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.



4.2.2.3. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

a) Ser empresa nacional;

b) Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,

c) Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.

4.2.2.4. Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

4.2.2.4.1. Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

4.2.2.5. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.2.2.3.

4.2.2.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.3. Não poderão participar desta licitação:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



4.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O impedimento de que trata o item 4.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens 4.3.2 e 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.9. A vedação de que trata o item 4.3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.10. Como condição para participação no Pregão, no cadastramento da proposta inicial, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico com relação às seguintes declarações:

4.10.1. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);



4.10.1.1. Na hipótese de haver itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.10.1.2. Ainda sob mesma hipótese, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.10.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.10.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10.2 a 4.10.5 ou 4.10.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.3.1. A proposta de preços deverá se dar com a apresentação, no sistema, dos seguintes campos:

- a) Número do item;
- b) Descrição dos serviços / produtos;
- c) Marca/Modelo; (aplicável a equipamentos, produtos e softwares)
- d) Valor unitário de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais**; (aplicável a itens de pagamento único)
- e) Valor total dos itens a serem pagos uma única vez;



- f) Valor mensal de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais**; (aplicável a itens de pagamento mensal)
- g) Quantidade de meses; (aplicável a itens de pagamento mensal)
- h) Valor total dos itens a serem pagos mensalmente;
- i) Valor Total Global de todos os itens.

5.3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Na presente licitação, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados sem disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que não configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá **PARAMETRIZAR** o seu valor **FINAL MÍNIMO** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor **FINAL MÍNIMO**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

5.6.1. O valor **FINAL MÍNIMO** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.6.1.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR PREÇO;

5.6.2. O valor **FINAL MÍNIMO** parametrizado na forma do item 5.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.7. As propostas registradas no sistema eletrônico www.gov.br/compras, conforme item **5.3.1**, não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.



5.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, MODO DE DISPUTA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir das **09H00MIN** do dia **24/06/2026**, em conformidade com o estabelecido neste edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços (cadastradas eletronicamente) recebidas em conformidade com o **item 5**. E que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.

6.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente no site www.gov.br/compras.

6.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, **adotando-se o intervalo mínimo entre lances de R\$ 1,00 (um real)**. O valor indicado acima incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances para as etapas abertas.

6.3.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.3.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.3.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.3.2, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24(vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.10. Uma vez encerrada a etapa de lances, em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.10.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas **empatadas** com a primeira colocada.

6.10.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.10.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.10.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11. Só poderá haver empate entre propostas iniciais iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.11.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.11.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.11.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.11.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.11.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



6.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.11.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo, por se tratar de licitação realizada entidade de Município localizado no território do referido Estado;

6.11.2.2. Empresas brasileiras;

6.11.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.11.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.11.3. Esgotados todos os critérios de desempate dispostos nos itens **6.11.1 a 6.11.2.4**, este será realizado por intermédio de sorteio.

6.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.12.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.12.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Somente as licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 5, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.1.1. Os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO**.

7.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.2. A abertura e o fechamento da fase de lances “via internet” serão feitos pelo sistema www.gov.br/compras.



7.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

7.4. A licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no Sistema, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5. Serão considerados lances intermediários aqueles que apresentem valores iguais ou superiores ao menor já recebido e registrado em primeiro lugar, considerando-se a adoção do critério de julgamento de menor preço.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O pregoeiro poderá, durante a fase competitiva, como medida excepcional, **excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação**, mediante comunicação eletrônica via sistema aos participantes, consoante art. 20, parágrafo §3º do [Decreto Municipal 660/2022](#), publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí em 28 de dezembro de 2022.

7.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.7.2. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances nas etapas abertas, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **ITEM**.

7.7.3. O proponente que encaminhar o lance com valor que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil para exclusão, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.1.1. O prazo de 02(duas) horas para apresentação da proposta comercial reajustada poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes hipóteses:

8.1.1.1. por solicitação do licitante feita no chat antes do fim do prazo, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou

8.1.1.2. de ofício, a critério do agente de contratação Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.



8.2. Caso o Pregoeiro detecte erros na proposta apresentada nos termos do item 8.1.1, poderá solicitar a correção da mesma.

8.2.1. O prazo para correção da proposta será o remanescente do estipulado no item 8.1.1.

8.3. Se a proposta de preços não for aceitável ou a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro solicitará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.4. A proposta de preços atualizada com o último lance deverá conter:

- a) Número do item;
- b) Descrição dos serviços / produtos;
- c) Valor unitário de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais;** (aplicável a itens de pagamento único)
- d) Valor total dos itens a serem pagos uma única vez;
- e) Valor mensal de cada item, **com no máximo 02 (duas) casas decimais;** (aplicável a itens de pagamento mensal)
- f) Quantidade de meses; (aplicável a itens de pagamento mensal)
- g) Valor total dos itens a serem pagos mensalmente;
- h) Valor Total Global de todos os itens.
- i) ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;

8.5. Encerrada a etapa de negociação mencionada no 6.12.4, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.2.2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.10.1 deste edital.



8.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 28 a 31 do [Decreto Municipal 660/2022](#), de 20 de dezembro de 2022.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. Contiver vícios insanáveis;

8.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

8.17. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor no certame.

8.18. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham a causar prejuízo para o SAAE-Jacareí e principalmente não firam os direitos dos demais licitantes.

8.19. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a empresa vencedora do respectivo item.

8.20. O resultado desta licitação será publicado no site www.gov.br/compras.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.2. A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

9.2.1. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

9.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no item 9.5. deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via internet.

9.2.3. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

9.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

9.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

9.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

9.5.1. Habilitação jurídica



- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de certidão(ões) em vigor relativa (s) ao domicílio ou sede do licitante, que contemple DÉBITOS INSCRITOS em dívida ativa, ou outra equivalente, na forma da Lei, ou declaração de isenção. No caso de a licitante ter domicílio ou sede no estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a fazenda estadual se dará através da certidão de débitos tributários inscritos da dívida ativa do estado de São Paulo, **EXPEDIDA A CERTIDÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO;**
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Certidão de regularidade do licitante perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Certidão de regularidade do licitante referente a débitos trabalhistas (certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT), instituída pela [Lei n. 12.440/2011](#);

9.5.2.1. Referente aos documentos das alíneas “c”, “f” e “g”, que constituem o NÍVEL III do SICAF e esse por sua vez é vinculado com a Receita Federal, pelo fato dos mesmos serem atualizados automaticamente na certidão do fornecedor, estando válidos nesta condição, já comprova sua validade culminando em aceitação para fins de habilitação.

9.5.3. Qualificação econômico-financeira

9.5.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÕES JUDICIAIS (CONCORDATA) para pessoa jurídica e execuções para pessoas físicas, expedida pelo Estado ou Distribuidor Judicial da Comarca onde se situa a pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com **DATA DE EXPEDIÇÃO NÃO SUPERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS** anteriores à data marcada para abertura da sessão.



9.5.3.1.1. Em se tratando de empresa em recuperação judicial, será aceito o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente em pleno vigor, com fulcro na Súmula 50 do TCE-SP.

9.5.3.2. Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

9.5.4. Da Qualificação Técnica

9.5.4.1. COMPROVAÇÃO, EM NOME DA EMPRESA LICITANTE, como titular do contrato, de aptidão para atender o objeto da presente licitação, o que dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que, somados ou não, comprove(m) que já realizou, anteriormente, obras/serviços com características semelhantes de execução e quantidades compatíveis ao objeto licitado, conforme inciso II, do art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

- a) nome da contratante;
- b) período dos serviços atestados;
- c) local de prestação dos serviços;
- d) objeto do contrato;
- e) serviços executados (com respectivos totais);
- f) nome do(s) responsável(eis) técnico(s).

9.5.4.1.1. As parcelas de maior relevância técnica, cuja aptidão e experiência deverão ser comprovadas através desse(s) atestado(s) são os seguintes:

Item	Descrição
01	Rede Inteligente 0800 com tarifação reversa e receptiva, com integração com SIP Trunking, entrega via rede IP e operação com mínimo de 07 canais simultâneos .

9.5.5. Declaração de vistoria, conforme modelo do ANEXO V. A vistoria deverá ser realizada até o último dia útil anterior à abertura da sessão, devendo ser previamente agendada com representante do SAAE, de segunda-feira a sexta-feira das 08:30 às 16:00hs, por meio do telefone (12) 3954-0300, (**ramal 1331**).

9.5.5.1. A declaração de vistoria, para os licitantes que conheçam as condições locais, poderá ser substituída por Declaração de conhecimento em conformidade com § 3º do artigo 63 da Lei 14.133/21.

9.6. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições que seguem:

9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



9.7.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.7.3. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

9.7.4. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

9.7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.7.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7.6. Para o procedimento licitatório será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

9.7.7. Toda documentação da licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (artigo 75, § 1º, Lei nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro).

9.7.8. A licitante, se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), NÃO FICA ISENTA DA APRESENTAÇÃO de documentação acerca de sua regularidade fiscal e trabalhista, entretanto, caso exista alguma restrição, impropriedade ou pendência somente no tocante a essa documentação, ela poderá ser oportunamente regularizada nos termos do [art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006](#).

9.7.9. A licitante deverá informar os dados de quem assinará o Contrato, conforme LC-01 da Instrução 01/2020 do TCE-SP, atualizada pela Resolução 11/2021.

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ **RG:** _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Nacionalidade: _____ **Estado Civil:** _____

9.7.10. Serão aceitos via e-mail, após a sessão pública e conforme solicitação do pregoeiro, documentos assinados digitalmente e encaminhados para o endereço eletrônico licitacao@saaejacarei.sp.gov.br, com as seguintes indicações no título do e-mail:



**“PROPOSTA COMERCIAL E HABILITAÇÃO”
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº. 004/2026**

9.7.11. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é vedado autenticar as cópias dos documentos apresentados.

9.7.12. Fica dispensada a apresentação das vias originais na forma física desde que os documentos apresentados eletronicamente sejam assinados mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

9.8. Os documentos emitidos via internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

10. DOS RECURSOS

10.1. Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do Sistema Eletrônico no prazo de 10 (dez) minutos, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1. Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias úteis contados da data da intimação**, para apresentar as razões de recurso.

10.1.2. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703, no horário de 08h30 às 16h30.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e não havendo ou sendo exauridos os recursos administrativos, a adjudicação do objeto do presente certame será feita pela Autoridade Competente.



11.1.1. NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES ESTIMADOS PELO SAAE-JACAREÍ.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A(s) despesa(s) decorrente(s) da aquisição dos materiais correrão por conta do(s) recurso(s) consignado(s) na(s) seguinte(s) dotação(ões):

00087/030701/17.512.0011.2388/04/110.0000/3.3.90.40.24

030701 – DEPARTAMENTO COMERCIAL

87 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ

100% RECURSOS PRÓPRIOS

13. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado o contrato com a empresa adjudicatária, admitida a prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. A licitante considerada vencedora será convocada para, num prazo de 3 (três) dias úteis, firmar o contrato (ANEXO III), bem como o respectivo Termo de Ciência de Notificação (Anexo IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, aplicadas nos moldes do item 19 e seguintes deste edital

13.2.1. A formalização do Contrato dar-se-á nas dependências da **SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS, localizado na Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703**, nos termos do art. 90 da Lei Licitação.

13.2.2. A Administração deverá encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico (**e-mail**), para que seja assinada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.2.4. Será obrigatória a assinatura eletrônica do instrumento de contrato, a qual deverá se referir ao representante legal (pessoa física) indicado **conforme item 13.4 deste edital, nos termos do Decreto Municipal nº 98/2025 e suas atualizações.**

13.2.4.1. Para assinatura do instrumento contratual não será admitida a assinatura eletrônica em nome de pessoa jurídica.

13.3. Em caso de a convocada não assinar o contrato é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira classificada.

13.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.3 deste edital, o pregoeiro poderá, observado o valor estimado para contratação:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3.2. Frustradas todas as tentativas previstas nos itens 13.3 e 13.3.1, a administração poderá revogar a licitação.

13.3.3. Para as licitantes convocadas nas condições previstas nos itens 13.3 e 13.3.1 “a”, em caso de recusa, não se aplicam as sanções previstas no item 13.2 supra.

13.3.4. A contratação das demais convocadas fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no item 9 deste edital.

13.4. Caberá à licitante vencedora indicar seu representante legal, devidamente qualificado, com poderes para assinar o Contrato, sendo que a documentação comprobatória ficará arquivada nos autos do processo licitatório, no SAAE-Jacareí, podendo ser procuração, contrato social ou documento equivalente.

13.5. Quando da contratação, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

13.6. Os reajustes se darão pela aplicação do INPC – IBGE (ou no caso de sua extinção, outro índice que vier por determinação do Governo Federal) e de acordo com a variação a partir de 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado, conforme art. 25, parágrafo sétimo da lei 14.133/21, passando a vigorar no mês seguinte ao reajuste.

13.7. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE**, designado como Representante que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

14. PRAZO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto desta licitação será nos termos da especificação em Edital e Termo de Referência.

14.2. O objeto licitado será recebido e conferido pelo Setor Requisitante da seguinte maneira:

14.2.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, ‘a’ da Lei 14.133/21;

14.2.2. Definitivamente, nos termos do art. 140, I, ‘b’ da Lei 14.133/21, ressalvados os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando interromper-se-á o prazo para a sua regularização.

14.3. Estando os materiais fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital de Pregão ou com o disposto no presente Contrato, a CONTRATADA deverá retirar do local onde se encontrarem armazenados, sob pena de configuração de inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, bem como realizar a correção pertinente, em prazo a ser fixado unilateralmente pela Contratante.



14.4. Os possíveis prejuízos causados com a entrega de produtos inadequados e, portanto, fora da regra de qualidade técnica, serão causas de acionamento.

14.5. O contrato gerado entre a Administração e a vencedora do certame, terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de **12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses.**

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária indicada no item 12 deste edital.

15.2. O valor do Contrato será aquele constante na classificação definitiva efetuada pelo Pregoeiro, fixo e irrevogável durante todo o cumprimento do objeto.

15.3. Os pagamentos serão mensais, com valor definido de acordo com o lance vencedor no certame, da Contratada. **Os pagamentos serão efetuados em 15 (quinze) DFS (dias fora a semana)**, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário/Ficha de compensação ou outro instrumento de cobrança acordado entre as partes, pela Unidade de Contratos e Convênios do SAAE e e-mail: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL S/A ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

15.3.1. Para fins de cumprimento do disposto no [Decreto municipal 870/2023](#), as notas fiscais emitidas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços à Administração direta ou indireta do município, deverão prever o destaque da retenção do imposto de renda, observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#).

15.3.1.1. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados a pessoas jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º, da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#), e alterações posteriores.

15.4. Os pagamentos serão efetuados obedecendo a estrita ordem cronológica de pagamentos, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL S/A ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

15.5. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

15.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a SAAE-JACAREÍ por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

15.7. O atraso no pagamento implicará na aplicação de juros moratórios à fração de 0,033% ao dia calculado sobre o valor da parcela em atraso.



16. EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O Contrato poderá ser extinto pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/21.

16.2. A extinção poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou do interesse público, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21.

16.3. A extinção contratual não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Conforme disposição do [art. 90, § 5º da Lei 14.133/21](#), a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.2. Em conformidade ao disposto no [art. 155 da Lei 14.133/21](#), o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

17.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

17.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas supra as seguintes sanções:



- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3.1. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 17.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.3.2. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.2 deste Edital, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas.

17.3.3. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2.2 à 17.2.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.3.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2.8 a 17.2.12, bem como às infrações previstas nos itens 17.2.2 à 17.2.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.4. Nos termos do [art. 162 da Lei 14.133/21](#), o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, sujeitando-se à seguinte penalidade:

17.4.1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

17.4.1.1. E demais multa(s) definida(s) pelo solicitante conforme descrito no Termo de Referência.

17.4.2. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração;

17.4.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital, conforme [art. 162, p. único da Lei 14.133/2021](#).

17.5. Na aplicação das sanções previstas neste edital será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

17.6. Sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 17.3, as multas aplicadas à DETENTORA poderão ser descontadas do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros, pela diferença, se houver ou deverão ser pagas no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis da data da sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, descontado os valores de faturas pendentes.

17.7. Não sendo pagas as multas no prazo previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no [artigo 406 do Código Civil](#).



17.8. Em caso de aplicação de multa e o não pagamento da mesma por descumprimento das cláusulas previstas neste edital, o instrumento contratual poderá ser levado a protesto, independentemente da aplicação de outras penalidades.

18. DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Considera-se transcrito para o presente edital a [Lei nº 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção), em especial o teor de seu [Art. 5º](#), que trata dos atos lesivos à Administração Pública.

19. DA LEI 13.709/2018 – LGPD

19.1. A Administração se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei Federal n. 13.709/2018](#)), sem prejuízo da Publicidade e Transparência, no que couber.

19.2. A(s) Licitante(s) Vencedora(s) se obriga(m) a observar(em) as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)) em relação aos dados pessoais aos quais tiver(em) acesso em decorrência do presente edital, respeitando a privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, dentre outros, tratando-os exclusivamente para os fins necessários à execução do presente instrumento.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do SAAE-JACAREÍ, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à licitante tenha direito a qualquer indenização.

20.2. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

20.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.4. A CONTRATADA **não poderá subcontratar o fornecimento do serviço de telefonia de rede inteligente de 0800**, salvo em casos excepcionais poderá subcontratar para serviços de manutenção, devidamente autorizados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.4.1. Contratada responde perante a Administração, pelos serviços eventualmente contratados per si, como se fossem executados por ela própria proponente, sendo que qualquer contratação nesse sentido dependerá de prévia e expressa autorização da Administração.

20.5. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente edital, o lance é considerado proposta de preços.

20.6. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da SAAE-JACAREI, a finalidade e a segurança da contratação.



20.7. A participação na presente licitação, por meio da apresentação de proposta na forma especificada no presente Edital, não propiciará à licitante vantagem, remuneração, ou indenização a qualquer título.

20.8. O edital e seus anexos, além de poderem ser lidos e retirados através da internet no site pncp.gov.br ou saaejacarei.sp.gov.br, poderão também ser obtidos na Sede do **SAAE-JACAREÍ – UNIDADE DE LICITAÇÕES E COMPRAS**, localizado na Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703, no horário de 08h30 às 16h30.

20.9. Para conhecimento do público expede-se o presente edital no site pncp.gov.br, publicado integralmente também em saaejacarei.sp.gov.br e que, em resumo, será publicado no Boletim Oficial do Município de Jacareí, no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Prodesp e em Jornal de grande circulação no estado de São Paulo, bem como no mural do prédio administrativo do SAAE.

20.10. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o de Jacareí / SP.

20.11. Conforme [Artigo 5º da lei 12.527/2011](#): “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”, a todo interessado em cópias deste ajuste, o qual poderá solicitar por escrito, inclusive em forma de e-mail, à Unidade de Contratos e Convênios, que providenciará envio das mesmas em forma digital, também por e-mail.

20.12. Caso o interessado necessite de cópias na forma física, ou seja, cópia reprográfica, deverá solicitar através de protocolo no balcão de atendimento do SAAE-Jacareí, sito à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí - SP.

20.13. O valor a ser cobrado será o constante no site https://www.saaejacarei.sp.gov.br/pagina/323_Tabela-de-servicos.html.

Jacareí, 29 de maio de 2026

CARLOS FELIPE SEPINHO
APPARECIDO:229835448
00

Assinado de forma digital por CARLOS FELIPE SEPINHO APPARECIDO:22983544800
Dados: 2026.06.02 15:54:07 -03'00'

CARLOS FELIPE SEPINHO APPARECIDO
Presidente do SAAE-Jacareí



**ANEXO I PREÇO DE REFERÊNCIA, PLANILHA DE CUSTO, TERMO DE REFERÊNCIA.
DOS DADOS DA SOLICITANTE**

ÓRGÃO: UASG - 926641

LOCALIZAÇÃO: *Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Centro – Jacareí- SP, CEP 12.327-703*

PREÇO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviço telefônico rede inteligente de 0800 com Discagem Direta Gratuita – DDG, com sistema de tarifação reversa, que possibilite o recebimento de ligações locais, região DDD 12, oriundas de telefones fixos e móveis.	R\$ 260.957,76

PLANILHA DE CUSTO

DDR					
MENSALIDADE DOS SERVIÇOS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
1	Assinatura de 0800	01	R\$ 102,48	R\$ 102,48	R\$ 1.229,76
SUBTOTAL 1:				R\$ 102,48	R\$ 1.229,76
LIGAÇÕES LOCAIS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
2	Minuto fixo – fixo local	3.600	R\$ 0,09	R\$ 324,00	R\$ 3.888,00
3	Minuto fixo – Móvel VC1	52.000	R\$ 0,41	R\$ 21.320,00	R\$ 255.840,00
SUBTOTAL 2:				R\$ 21.644,00	R\$ 259.728,00
VALOR GLOBAL (SUBTOTAL 1 + 2+3) PARA 12 MESES					R\$ 260.957,76

Fonte: Pesquisa de preços nos parâmetros da Lei 14.133/21
Data-base do orçamento: março de 2026



NÃO SERÁ ADJUDICADO ITEM COM VALOR UNITÁRIO OU TOTAL ACIMA DO ESTIMADO PELO SAAE-JACAREÍ.

TEMPO DE FORNECIMENTO DOS ITENS 1 A 7

12 (DOZE) MESES, podendo ser prorrogado, conforme item 17, do Termo de Referência.

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

15 (quinze) DFS (dias fora a semana).

VALIDADE DA PROPOSTA:

90 (noventa) DIAS

A Nota Fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – SERV. AUTON. ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ ECA:

CNPJ: 48.962.625/0003-22 - IE: 392.165.760.117

Rua Aparício Lorena, nº 120, Jd. Liberdade – Jacareí – SP - CEP: 12327-460

A Nota Fiscal eletrônica deverá ser encaminhada para o e-mail:

notafiscal@saejacarei.sp.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço telefônico rede inteligente de 0800 com Discagem Direta Gratuita – DDG, com sistema de tarifação reversa, que possibilite o recebimento de ligações locais, região DDD 12, oriundas de telefones fixos e móveis.

Natureza: Aquisição de serviço de tecnologia da informação

Quantitativo: Conforme descrição na Solicitação de Compra em anexo.

Prazo do contrato: O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por sucessivos períodos até o prazo máximo de 120 meses.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em face da necessidade constante de utilização dos serviços de ligações locais, torna-se imperativa a promoção de processo licitatório que vise à contratação dos serviços citados, uma vez que estes são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais da Autarquia.

Os serviços de telefonia objeto deste processo são essenciais para a Administração, no instante em que atendem a necessidade permanente de comunicação entre munícipes de Jacareí para com o serviço de atendimento ao cliente do SAAE Jacareí, conforme justificativas feitas no estudo técnico preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A **Rede Inteligente 0800** é uma solução de telefonia que permite à instituição oferecer um número gratuito para o usuário (chamada reversa), com controle total sobre o roteamento e gerenciamento dessas ligações. Esse tipo de serviço é comumente utilizado por órgãos públicos e empresas para atendimento ao cidadão ou ao cliente.

Com a **tecnologia SIP (Session Initiation Protocol)**, o sistema deixa de depender de linhas telefônicas físicas tradicionais (como E1 ou linhas analógicas) e passa a operar sobre a **infraestrutura de rede IP**, ou seja, usando a internet ou rede privada para realizar e receber chamadas. A integração entre a Rede Inteligente 0800 e o protocolo SIP traz diversas vantagens.

Componentes principais do sistema:

- Número 0800 (Rede Inteligente): Permite que o cidadão ligue gratuitamente e utiliza lógica de roteamento inteligente, como encaminhamento por região, horário, capacidade de atendimento, etc.

Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Região Central - Jacareí - SP
Telefone: (12) 3954-0300 - comunicacao@saaejacarei.sp.gov.br



- Protocolo SIP É um padrão da telefonia IP usado para iniciar, manter e encerrar chamadas de voz sobre IP permitindo a comunicação entre a operadora do 0800 e o sistema de atendimento da autarquia (ex: PABX IP, central telefônica digital, etc).
- Servidores/PABX IP Responsáveis por receber as chamadas SIP e distribuí-las aos atendentes podendo estar localizados na estrutura do órgão ou em nuvem.

Vantagens da solução:

- 3.1 Redução de custos: Não há necessidade de infraestrutura telefônica tradicional (linhas físicas).
- 3.2 Escalabilidade: Facilidade de expansão do número de atendentes e ramais.
- 3.3 Flexibilidade: Permite atendimento remoto, home office e mobilidade.
- 3.4 Controle e relatórios: Acompanhamento em tempo real, gravação de chamadas, indicadores de desempenho.
- 3.5 Resiliência: Pode ser configurado com redundância e alta disponibilidade.

O serviço prestado deverá atender os seguintes apontamentos:

- 3.6. O sistema será **passivo**, de modo que os quantitativos estimados no presente Termo referem-se apenas ao recebimento de ligações locais.
- 3.7. Independente da estrutura física que será disponibilizada pela CONTRATADA, o aparato deverá atender até 15 (quinze) terminações (ramais) simultâneas.
- 3.8. A CONTRATADA deverá instalar, se necessário, equipamentos no data center do SAAE, lotado na Rua Miguel Leite do Amparo, 121.
- 3.9. A CONTRATANTE já dispõe da infraestrutura de STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) que funciona através de protocolo SIP Trunking operado pela empresa ALGAR TELECOM com 90 canais de DDR, sendo 60 canais atrelados a linha telefônica (12) 3954-0300 e 30 canais atrelados a linha telefônica (12) 3954-0200. É possível a realização de vistoria para tomar ciência de suas características conforme previsto no preâmbulo do Edital. Ressalta-se que, apesar do recebimento via SIP Trunking, a central telefônica atual da empresa Dígitro requer, na ponta, a utilização de adaptador de E1 digital.
- 3.10. O projeto deverá fornecer a instalação, implantação, configuração e portabilidade do canal de call center do SAAE.
- 3.11. A operação deverá ser feita através de DDG já estabelecido: **0800 725 0330**, atrelado ao número DDR (12) 3954-0316 através de máscara digital.
- 3.12. A CONTRATADA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (número de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para os números relacionados pela SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ;
- 3.13. A transição da solução atual para a nova solução deverá trazer a menor indisponibilidade possível para a Autarquia, uma vez que é o canal de atendimento direto com o cliente.



- 3.14. A contratada deverá garantir que a indisponibilidade do serviço durante o processo de portabilidade não ultrapasse o período máximo de 4 (quatro) horas corridas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O prazo para implantação do serviço será de até 15 dias, após emissão de ordem de serviço podendo solicitar dilação de prazo por igual período mediante justificativa da contratada.
- 4.2. Entende-se por serviços de implantação, as atividades de fornecimento dos materiais, planejamento, instalação, integração e pré-operação.
- 4.3. Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.
- 4.4. Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente da Contratante, compreendido das 9h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, devendo ser previamente agendado. Eventualmente atender à CONTRATANTE em finais de semana e feriados para atendimento ou acompanhamento de atividades que necessitem ser executados nestes horários, cabendo à CONTRATANTE informar tais atendimentos à CONTRATADA, antecipadamente, e de comum acordo entre as partes, sem ônus adicional para a CONTRATANTE
- 4.5. Todos os instrumentos/equipamentos necessários para a execução dos serviços e testes de aceitação do serviço e produtos serão fornecidos pela CONTRATADA.
- 4.6. A equipe técnica da CONTRATADA deverá trabalhar sob orientação e supervisão direta do profissional responsável pela coordenação das atividades de implantação (gestor de projetos da CONTRATADA), com o acompanhamento do responsável técnico da CONTRATANTE.
- 4.7. A CONTRATADA deverá elaborar e manter relatório de atividades (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrências relativas à execução do contrato de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do responsável técnico da CONTRATANTE e pelo gestor de projetos da CONTRATADA.
- 4.8. Quando aprovado o funcionamento dos produtos, esses serão considerados instalados e aptos a serem utilizados. Isso deverá ser confirmado em termo de recebimento emitido pela CONTRATANTE, após execução completa dos serviços de implantação.
- 4.9. Quando não aprovado o funcionamento de qualquer produto ou serviço sob responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá anotar no relatório de atividades as ocorrências e suas origens, e tomar toda e qualquer providência necessária para resolvê-las, sem gerar ônus à CONTRATANTE e sem prejudicar o tempo previsto de implantação.

Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Região Central - Jacareí - SP
Telefone: (12) 3954-0300 - comunicacao@saaejacarei.sp.gov.br



- 4.10. O relatório de atividades não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento dos produtos, o qual deverá ser estendido ao longo de todo o período de garantia.
- 4.11. Todas as informações manuseadas pela CONTRATADA são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE.
- 4.12. A CONTRATADA, após concluído o serviço de instalação dos produtos/serviços para a CONTRATANTE, deverá realizar, com o acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para constatar que os produtos foram instalados e configurados de acordo com o cenário requerido pela CONTRATANTE e conforme definido no Projeto de Implantação desenvolvido.
- 4.13. A CONTRATADA remunerada será mensalmente pela prestação do serviço de Rede Inteligente 0800, mediante pagamento por boleto bancário, o qual deverá conter a discriminação detalhada dos valores cobrados.
- 4.14. A CONTRATADA não poderá subcontratar o fornecimento do serviço de telefonia de rede inteligente de 0800, salvo em casos excepcionais poderá subcontratar para serviços de manutenção, devidamente autorizados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

INFRAESTRUTURA DE CONECTIVIDADE SIP / CANAIS DE VOZ

- 4.15. Ativar e desativar troncos conforme necessidade da CONTRATANTE e segundo o limite estabelecido na lei nº 14.133/2021;
- 4.16. Prazo de instalação/implantação de 15 dias.
- 4.17. Será permitida a prorrogação do prazo por mais 15 dias desde que justificado pela empresa;
- 4.18. Disponibilidade mensal (SLA - Service level agreement) de 99% ao mês;
- 4.19. Em casos onde for constatada inviabilidade de instalação a CONTRATADA deverá encaminhar as condições de atendimento (custo, prazo e meio) para análise da CONTRATANTE e será objeto de aditivo contratual.
- 4.20. Quantidade mínima de **15 acessos simultâneos (canais de voz SIP)**, devendo garantir disponibilidade compatível com a demanda de atendimento da Autarquia;
- 4.21. Central de Atendimento 24h por dia, 365 dias por ano através de um número 0800 725 0330, atrelado ao número digital (12) 3954-0316;
- 4.22. Mudança de endereço de acessos instalados tem o mesmo prazo de instalação de novos acessos;
- 4.23. A CONTRATADA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para o número 0800 725 0330 atrelado ao número digital (12) 3954-0316;



4.24. Endereço para fornecimento dos troncos digitais e DDR: Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Jd. Pereira do Amparo, CEP 12301-730.

5. DO TRÁFEGO TELEFÔNICO

I. MÉTODO

- 5.1. Conforme especificações mínimas estabelecidas pelo órgão regulador - ANATEL;
- 5.2. Informar os custos de mensalidade individuais das linhas telefônicas, troncos digitais e faixas DDR;
- 5.3. A tarifação das chamadas deverá ser realizada em minutos;
- 5.4. As tarifas utilizadas deverão ter como base aquelas constantes do Plano básico de serviços ou do Plano alternativo de serviços, regulamentado para o setor de telecomunicação e informado através do preenchimento da Proposta Comercial, com todos os impostos regulamentados e descontos concedidos a critério da Licitante;

II. PERFIL DE TRÁFEGO

- 5.5. O Perfil de Tráfego e seus custos compõem-se de uma ESTIMATIVA, em minutos e em valores, baseada nas faturas das contas telefônicas da CONTRATANTE relativa às chamadas originadas em seu âmbito, bem como outros serviços atualmente utilizados;
- 5.6. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 4 (quatro) horas corridas;
- 5.7. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados;
- 5.8. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;
- 5.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do serviço, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.10. Colocar à disposição do Contratante, serviço de atendimento a clientes corporativos, indicando consultores e número de telefone diferenciado;
- 5.11. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.12. Providenciar junto aos órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente contrato;
- 5.13. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;



- 5.14. Apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança de serviços, contendo o valor total do serviço, a quantidade total do serviço, o tempo total das chamadas, o histórico dos valores totais dos serviços prestados, e o tempo total das chamadas relativas a cada mês;
- 5.15. A referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 5 (cinco) dias antecedentes à data do vencimento;
- 5.16. Apresentar detalhamento, por acesso, dos serviços mensais prestados em todas as chamadas;
- 5.17. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.
- 5.18. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;
- 5.19. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição, vales transporte, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 5.20. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Serviço De Instalação

- 6.1.1. Após a Emissão da Ordem de Serviço, em até 5 dias, a Contratada deverá fornecer um projeto básico contendo o diagrama da arquitetura da solução, croquis estudos, definições e orientações gerais, entre outros, para aprovação da Contratante antes da etapa de implantação.
- 6.1.2. Para os trabalhos de implantação da solução, o SAAE-Jacareí designará uma equipe que será responsável pela coordenação e supervisão de todas as atividades de planejamento e execução das instalações a serem realizadas, em conformidade com o cronograma de instalação.
- 6.1.3. A contratada deverá designar uma equipe de implantação da solução, com pessoal técnico especializado, de seu próprio quadro, devidamente equipada com os instrumentos, equipamentos e todos os materiais necessários para a execução da solução contratada de acordo com o cronograma estipulado.
- 6.1.4. O prazo para instalação do serviço será de até 15 dias, após emissão de ordem de serviço podendo solicitar dilação de prazo por igual período mediante justificativa da contratada.
- 6.1.5. Entende-se por serviços de implantação, as atividades de fornecimento dos materiais, planejamento, instalação, integração e pré-operação.
- 6.1.6. Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.

6

Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Região Central - Jacareí - SP
Telefone: (12) 3954-0300 - comunicacao@saaejacarei.sp.gov.br



- 6.1.7. Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente da Contratante, compreendido das 9h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, devendo ser previamente agendado. Eventualmente atender à CONTRATANTE em finais de semana e feriados para atendimento ou acompanhamento de atividades que necessitem ser executados nestes horários, cabendo à CONTRATANTE informar tais atendimentos à CONTRATADA, antecipadamente, e de comum acordo entre as partes, sem ônus adicional para a CONTRATANTE
- 6.1.8. Todos os instrumentos/equipamentos necessários para a execução dos serviços e testes de aceitação do serviço e produtos serão fornecidos pela CONTRATADA.
- 6.1.9. A equipe técnica da CONTRATADA deverá trabalhar sob orientação e supervisão direta do profissional responsável pela coordenação das atividades de implantação (gestor de projetos da CONTRATADA), com o acompanhamento do responsável técnico da CONTRATANTE.
- 6.1.10. A CONTRATADA deverá elaborar e manter relatório de atividades (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrências relativas à execução do contrato de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do responsável técnico da CONTRATANTE e pelo gestor de projetos da CONTRATADA.
- 6.1.11. Quando aprovado o funcionamento dos produtos, esses serão considerados instalados e aptos a serem utilizados. Isso deverá ser confirmado em termo de recebimento emitido pela CONTRATANTE, após execução completa dos serviços de implantação.
- 6.1.12. Quando não aprovado o funcionamento de qualquer produto ou serviço sob responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá anotar no relatório de atividades as ocorrências e suas origens, e tomar toda e qualquer providência necessária para resolvê-las, sem gerar ônus à CONTRATANTE e sem prejudicar o tempo previsto de implantação.
- 6.1.13. O relatório de atividades não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento dos produtos, o qual deverá ser estendido ao longo de todo o período de garantia.
- 6.1.14. Todas as informações manuseadas pela CONTRATADA são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE.
- 6.1.15. A CONTRATADA, após concluído o serviço de instalação dos produtos/serviços para a CONTRATANTE, deverá realizar, com o acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para constatar que os produtos foram instalados e configurados de acordo com o cenário requerido pela CONTRATANTE e conforme definido no Projeto de Implantação desenvolvido.
- 6.1.16. Será exigida a orientação para o “start-up” inicial e treinamento aos servidores que irão operar o sistema, bem como a manutenção, suporte e assistência técnica.



6.1.17. Se necessária a instalação de equipamentos, os mesmos deverão ser instalados no seguinte endereço: Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Jd. Pereira do Amparo, CEP 12301-730.

6.2. Serviços De Prestação De Suporte Técnico Remoto

- 6.2.1. Serviço de suporte 24x7 para abertura de chamados, pelo tempo de contrato, com as seguintes características:
- 6.2.2. A contratada deve possuir serviço de abertura de chamados remoto capaz de abrir chamados de forma centralizada, em caso de ocorrências de defeitos e/ou falhas na rede relativos aos equipamentos e/ou produtos fornecidos;
- 6.2.3. O atendimento de suporte deverá ser na língua portuguesa em todos os níveis;
- 6.2.4. Todos os documentos e manuais técnicos que serão entregues à Contratante, deverão apresentar-se em versão Português – Brasil e em formato digital, no mínimo na versão em PDF.
- 6.2.5. A CONTRATADA será eximida da aplicação das sanções administrativas para os respectivos chamados em que sejam descumpridos os tempos de solução, desde que comprovadas as seguintes situações: Quando constatado que o problema está relacionado a “bug” no produto e que o fabricante não possui uma correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio;
- 6.2.6. A CONTRATADA tomou todas as medidas possíveis visando providenciar solução de contorno;

7. GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. A prestação dos serviços será fiscalizada de acordo com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, pela Unidade do Atendimento, através da supervisão da área. A gestão contratual será realizada pela diretoria do Departamento Comercial.
- 7.2. A fiscalização do contrato terá entre outras, as seguintes atribuições:
- 7.3. Fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada do serviço prestado;
- 7.4. Comunicar ao CONTRATADO o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- 7.5. Solicitar a aplicação de penalidades/sanções pelo descumprimento do contrato;
- 7.6. Recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique adequada vista em desacordo com as descrições discriminadas no contrato e na legislação vigente;
- 7.7. Receber notas fiscais, atestar o serviço prestado e encaminhar para pagamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



- 8.1 Reparar, corrigir, substituir, refazer ou remover, no todo ou em parte, no prazo previsto neste Termo de Referência, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Contratante, o objeto contratado quando for verificado vício, defeito, incorreção ou divergência com as especificações descritas neste Instrumento, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 8.2 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer razão ou motivo que impossibilite a entrega, a implantação ou configuração de qualquer item do objeto contratado.
- 8.3 Manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de quaisquer naturezas;
- 8.4 Responder por todos os custos e encargos operacionais, comerciais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste Termo de Referência e seus Anexos ou resultantes da adjudicação desta Licitação.
- 8.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021
- 8.6 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive, aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à Contratante.
- 8.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.
- 8.8 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 8.9 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 8.10 Dar ciência à Contratante, imediatamente, por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato.
- 8.11 Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 8.12 Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências
- 8.13 Manter seus empregados, quando em horário de trabalho, devidamente identificados, para acesso às dependências da Contratante.
- 8.14 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.



- 8.15 Prestar garantia do equipamento e serviço de assistência técnica pelo período de vigência do contrato, após o recebimento definitivo do equipamento, cabendo-lhe efetuar o conserto ou a substituição, inclusive de componente defeituoso, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.16 Atender a chamado para manutenção ou assistência técnica, durante o período de vigência do contrato.
- 8.17 Orientar e fiscalizar durante toda a execução contratual a atuação dos seus empregados e colaboradores para garantir a obediência e o integral cumprimento às normas de Segurança e Higiene no Trabalho com a adoção dos critérios de segurança do trabalho previstos na legislação específica, tanto para seus empregados quanto para quaisquer outros executantes dos serviços e transeuntes.
- 8.18 Cumprir as responsabilidades da Lei nº 9.472/1997, do Contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos e nos termos de sua proposta.
- 9.2. Disponibilizar informações solicitadas pela Contratada pertinentes à execução do objeto do Contrato.
- 9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço fornecido e/ou executado em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada ou com as especificações prevista neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 9.4. Permitir o acesso aos funcionários da Contratada em suas dependências, desde que devidamente identificados, disponibilizando os locais e os meios para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor especialmente designado pela Administração.
- 9.7. Nomear um servidor para o devido acompanhamento e fiscalização do Contrato.
- 9.8. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade apresentada no fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.9. O SAAE Jacareí designará técnico responsável, para acompanhar a execução dos serviços, em conjunto com o responsável técnico da CONTRATADA.
- 9.10. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão das contas telefônicas.
- 9.11. Não existirá qualquer vínculo entre o SAAE Jacareí e os empregados, subcontratados ou fornecedores da CONTRATADA.
- 9.12. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços e materiais aplicados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.

10

Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Região Central - Jacareí - SP
Telefone: (12) 3954-0300 - comunicacao@saaejacarei.sp.gov.br



- 9.13. Cumprir os prazos de pagamento estipulado neste instrumento e na legislação.
- 9.14. Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos.

10. DAS GARANTIAS, SUPORTE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 10.1. A garantia deverá compreender todos os serviços contratados, os sistemas e atendimento no remoto e/ou no local durante toda a vigência do contrato;
- 10.2. Durante o período de garantia a CONTRATADA compromete-se a executar os serviços de manutenção CORRETIVA e PREVENTIVA dos sistemas, substituição de dos serviços sem quaisquer ônus para o SAAE-Jacareí, inclusive de transporte e despesas acessórias.
- 10.3. Os serviços de manutenção preventiva na solução deverão ser realizados em períodos a serem definidos pelo SAAE-Jacareí de forma a não prejudicar as atividades normais e rotina de trabalho;
- 10.4. A CONTRATADA garante que os serviços serão realizados de acordo com as normas técnicas, com os materiais apropriados, e uso de mão-de-obra especializada, como exigido, e que estarão isentos de falhas que possam colocar em risco seu uso, segurança e propósito;
- 10.5. O suporte técnico deverá estar disponível para manutenção ou assistência técnica, durante toda vigência do contrato. O atendimento deverá ser de 24 horas, 7 dias por semana, de segunda-feira à domingo inclusive feriados, e a modalidade "on site" quando necessário.
- 10.6. Nos casos em que for apresentado falha crítica, sendo Interrupção total do serviço, impossibilitando o recebimento de qualquer chamada pelo número 0800 o prazo de resolução do sistema será de 4 horas corridas.
- 10.7. Nos casos em que for apresentado falha majoritária, como degradação significativa da qualidade do serviço ou indisponibilidade parcial das funções essenciais o prazo será de até 8 horas corridas.
- 10.8. Nos casos em que for apresentado falha minoritária, como problemas que causam transtornos operacionais ou administrativos, mas que não impedem a comunicação entre o munícipe e o SAAE, o prazo será de 32 horas corridas.
- 10.9. O suporte técnico ocorrerá sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, mesmo quando for necessária a atualização, o traslado e a estada de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário para garantir o cumprimento do serviço;
- 10.10. A CONTRATANTE fará a "Abertura de Chamados Técnicos" por telefone, WhatsApp, e-mail ou área em Sistema WEB para abertura de chamados técnicos;
- 10.11. Para operacionalização do disposto anteriormente, a LICITANTE deverá descrever em sua proposta os números de telefone, endereços de e-mail ou link de área em Sistema WEB para abertura de chamados técnicos;



11. SÃO DIREITOS DA CONTRATANTE

- 11.1. Receber os serviços deste objeto nos termos e condições pactuados.
- 11.2. Receber demonstrativo de conta detalhada dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços de Telecomunicações, por acesso digital.
- 11.3. Havendo contestação da conta de serviços, suspender a cobrança da parcela impugnada e pagar a parte incontroversa.

12. SÃO DIREITOS DA CONTRATADA

- 12.1. Receber a remuneração dos serviços prestados, pelo preço e condições conforme contrato assinado.
- 12.2. Propor à Contratante a melhor forma de prestação dos serviços. A proposição apresentada não terá a obrigação de aceitação por parte da CONTRATANTE.

13. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O faturamento da prestação de serviços será mensal, mediante emissão de Nota Fiscal/Fatura a cada 30 (trinta) dias da implantação do contrato.

O prazo de pagamento da prestação de serviços será conforme condições de pagamento da Autarquia.

A Nota Fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br e para os fiscalizadores do contrato gabriel.barbosa@saaejacarei.sp.gov.br, alaan.abbade@saaejacarei.sp.gov.br

Obs: A nota fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

CNPJ: 48.962.625/0003-22

R. Aparício Lorena, 120 - Jardim Liberdade, Jacareí - SP, 12327-460

A nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br assim como para o fiscal do contrato.



14. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço global**, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento objetivos definidos no edital, devendo o licitante apresentar proposta comercial com valores unitários e globais, bem como documentação comprobatória de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica compatível com o objeto.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação de aptidão técnica, será exigido da licitante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

O(s) atestado(s) deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Escopo do serviço executado:

Descrever de forma clara que o serviço envolveu Rede Inteligente 0800 com tarifação reversa e receptiva, com integração com SIP Trunking, entrega via rede IP e operação com mínimo de 07 canais simultâneos.

b) Local de execução do serviço:

Indicar o endereço da contratante ou órgão/empresa em que o serviço foi prestado.

c) Período de execução:

Informar o início e término (ou se vigente) do contrato, comprovando que o serviço foi prestado por tempo mínimo de 6 (seis) meses ininterruptos.

d) Nome da contratante:

Identificação completa da pessoa jurídica que emitiu o atestado (nome, CNPJ, cargo do signatário).

e) Dados do responsável técnico:

Nome completo, cargo/função, assinatura e, quando aplicável, registro no conselho profissional (ex: CREA, CRC).

f) Comprovação de compatibilidade técnica:

O documento deverá evidenciar que o serviço executado pela licitante é tecnicamente semelhante ao objeto pretendido neste Termo de Referência, ainda que com variação de quantitativo.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por sucessivos períodos até o prazo máximo de 120 meses.



17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E CRONOGRAMA DE ENTREGA

17.1. VALOR DA CONTRATAÇÃO

- O valor estimado da contratação é baseado as especificações e quantitativos, com a devida adequação orçamentária à ficha 87 (outros serviços tecnologia da informação) do Departamento administrativo.
- O valor estimado deverá ser obtido pela Unidade de Licitações e Compras.
- O custo final da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio das propostas.
- Propostas deverão seguir o modelo do anexo 1 e anexo 2.

17.2. CRONOGRAMA

- A Licitante deverá apresentar a proposta conforme anexo para o objeto deste Termo de Referência.
- O pagamento será realizado em 12 meses. Pagamentos mensais e consecutivos, a serem pagos conforme a programação.

Documento assinado digitalmente
GABRIEL CARDOSO BARBOSA
Data: 01/04/2026 15:11:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriel Cardoso Barbosa
Oficial Administrativo de Saneamento

Assinado de forma digital
por ALAAN ELIAS BENTO
ABBADE:3788244880
Dados: 2026.04.01
15:15:31 -03'00'

Alaan Elias Bento Abbade
Supervisor Unidade de Atendimento

Assinado de forma digital
por MADAIR DE FARIAS
TRIGO:09844823854
Dados: 2026.04.08
14:35:58 -03'00'

Madair de Farias Trigo
Diretora de Departamento Comercial



ANEXO 1

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO XXXX/202X - PROCESSO Nº XXXX/XXXX

Ao

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ

NOME DA EMPRESA

Nº CNPJ

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição municipal/estadual nº _____, estabelecida a _____, bairro _____, Município de _____, estado de _____ CEP _____, telefone/ fax: XXXXXXXXXX, Dados Bancários (nº da conta corrente, agência e respectivo banco), e-mail: XXXXXXXXXXXX, propõe ao Serviço Autônomo de Água e - SAAE de Jacareí, para execução dos serviços descritos no Pregão nº **XX/202x**, a seguinte Proposta de Preços:



Prefeitura de Jacareí
Serviço Autônomo de Água e Esgoto



Prefeitura de Jacareí
Serviço Autônomo de Água e Esgoto



DDR				
MENSALIDADE DOS SERVIÇOS				
Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 Meses Estimado
Assinatura de 0800	1	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
SUB TOTAL 1			R\$ XXXX	R\$ XXXX
LIGAÇÕES LOCAIS RECEBIDAS				
Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 Meses Estimado
Minuto fixo – fixo local	3.600	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Minuto fixo – Móvel local	52.000	R\$ XXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXX
SUB TOTAL 2			R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR GLOBAL (SUB TOTAL 1 + 2) para 12 meses				R\$ XXXX

XXXXXXXXXXXX, ____ de _____ de 202x.

Assinatura devidamente identificada do
representante legal da empresa proponente
(apontado no contrato social ou procuração
com poderes específicos).

Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121 – Região Central - Jacareí - SP
Telefone: (12) 3954-0300 - comunicacao@saaejacarei.sp.gov.br

16



PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviço telefônico rede inteligente de 0800 com Discagem Direta Gratuita – DDG, com sistema de tarifação reversa, que possibilite o recebimento de ligações locais, região DDD 12, oriundas de telefones fixos e móveis.	R\$ ----

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (preenchimento obrigatório)

DDR					
MENSALIDADE DOS SERVIÇOS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
1	Assinatura de 0800	01	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
SUBTOTAL 1:				R\$ xxxx	R\$ xxxx
LIGAÇÕES LOCAIS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
2	Minuto fixo – fixo local	55.000	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
3	Minuto fixo – Móvel VC1	10.000	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
SUBTOTAL 2:				R\$ xxxx	R\$ xxxx
VALOR GLOBAL (SUBTOTAL 1 + 2+3) PARA 12 MESES					R\$ xxxx

Para maiores informações, Site:

O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto.



Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Jacareí, _____

(nome e assinatura do representante legal)

Nome da Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/Fax:

E-mail:



ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE** E A EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026

SC N.º 1407/2025

Pelo presente instrumento de contrato, as partes contratantes abaixo qualificadas, ajustam entre si e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições abaixo estipuladas, em observância às normas e princípios expressos na Lei 14.133/21, o seguinte contrato administrativo:

I - DAS PARTES CONTRATANTES

a) de um lado, como Contratante, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ - SAAE**, autarquia municipal, pessoa jurídica de direito público interno criada pela Lei Municipal nº 1.761/76, com sede na cidade de Jacareí - SP, à Rua Miguel Leite do Amparo, nº 121, inscrita no CNPJ nº 48.962.625/0001-60, neste ato regularmente representada por seu Presidente, **CARLOS FELIPE SEPINHO APPARECIDO**, brasileiro, casado, Graduado em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Finanças, portador da Cédula de Identidade, RG nº 43.500.465-7 SSP/SP e do CPF nº 229.835.448-00, doravante neste instrumento designada simplesmente pela sigla SAAE de Jacareí.

b) e de outro lado, a empresa

II – OBJETO DO CONTRATO

2.1. É objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA – DDG, NA MODALIDADE 0800, COM SISTEMA DE TARIFAÇÃO REVERSA, QUE POSSIBILITE O RECEBIMENTO DE LIGAÇÕES LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA, EM ÂMBITO NACIONAL, ORIUNDAS DE TELEFONES FIXOS E MÓVEIS**, decorrente da Solicitação de Compra (SC) 1407/2025, conforme descrito abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviço telefônico rede inteligente de 0800 com Discagem Direta Gratuita – DDG, com sistema de tarifação reversa, que possibilite o recebimento de ligações locais, região DDD 12, oriundas de telefones fixos e móveis.	R\$ ----



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

DDR					
MENSALIDADE DOS SERVIÇOS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
1	Assinatura de 0800	01	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
SUBTOTAL 1:				R\$ xxxx	R\$ xxxx
LIGAÇÕES LOCAIS					
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor 12 meses Estimado
2	Minuto fixo – fixo local	3.600	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
3	Minuto fixo – Móvel Local	52.000	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxx
SUBTOTAL 2:				R\$ xxxx	R\$ xxxx
VALOR GLOBAL (SUBTOTAL 1 + 2+3) PARA 12 MESES					R\$ xxxx

2.2. Estão vinculados esta contratação, independentemente de sua transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Anexos dos documentos supracitados.

III – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de **12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses.**

3.2. Os reajustes se darão pela aplicação do INPC – IBGE (ou no caso de sua extinção, outro índice que vier por determinação do Governo Federal) e de acordo com a variação a partir de 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da lei 14.133/21, passando a vigorar no mês seguinte ao reajuste, recaiando o reajuste sobre os itens mencionados no título V do contrato;

IV – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as discriminações constantes no estudo técnico preliminar e no termo de referência, anexos ao edital, garantindo a retificação em prazo a ser fixado pela Administração, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE caso estejam em desacordo com o solicitado.



4.2. A Contratada fornecer os elementos necessários o perfeito funcionamento da solução contratada, incluindo softwares, aplicações, sistemas operacionais, bancos de dados, desenvolvimento e adaptação de softwares, hardware, cabos, conectores elétricos e de dados, além de outros materiais que sejam necessários.

4.2.1. Os softwares fornecidos devem ser instalados em sua versão mais estável e atualizada e devem ter cobertura por meio de contrato de garantia de suporte e atualização de versão durante a vigência do contrato. Da mesma forma, os equipamentos fornecidos, incluindo o firmware, também devem ter cobertura por contratos de garantia do fabricante.

4.2.2. Os equipamentos, produtos, peças ou software não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante.

4.3. As instalações ocorrerão sem nenhuma oneração à contratada, salvo as possíveis previstas no item 11 do Termo de Referência.

4.4. O objeto contratado será recebido e conferido pelo Setor Requisitante da seguinte maneira:

4.4.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, 'a' da Lei 14.133/21;

4.4.2. Definitivamente, nos termos do art. 140, I, 'b' da Lei 14.133/21, ressalvados os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando interromper-se-á o prazo para a sua regularização.

4.5. E-MAIL PARA ENVIO DE NOTA FISCAL:

notas-almox@saaejacarei.sp.gov.br e contratos@saaejacarei.sp.gov.br

OBS. 01: A Nota Fiscal deverá ser emitida para:

SAAE – SERV. AUTON. ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ
ECA:

CNPJ: 48.962.625/0003-22 - IE: 392.165.760.117

Rua Aparício Lorena, nº 120, Jd Liberdade – Jacareí – SP - CEP: 12.327.460

OBS. 02: A Nota Fiscal eletrônica deverá ser encaminhada para o e-mail:

notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br

4.5. A Administração tem o poder/dever de recusar a prestação do objeto do contrato caso a Contratada descumpra as normas de seu fornecimento, principalmente as estabelecidas na Legislação Trabalhista, devendo dar especial atenção àquelas que se refiram à saúde e segurança dos envolvidos na operação de entrega.

4.6. O serviço somente será aceito e, portanto, considerado executado, quando a Contratada cumprir todas as exigências constantes no Termo de Referência e na Legislação aplicável à execução contratual.



4.7. A contagem de todos os prazos se dará apenas após a regularização de eventuais irregularidades e efetivo recebimento dos serviços pela Contratante.

4.8. A contratada fica ciente, desde sua participação do processo licitatório, do seu dever de garantir os padrões legais de segurança de todas as pessoas envolvidas na execução dos serviços constantes no objeto do presente Contrato.

4.9. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

V – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do serviço objeto deste contrato, o valor correspondente a R\$ (.....).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. **Os pagamentos serão mensais**, com valor definido de acordo com o lance vencedor no certame, da Contratada. **Os pagamentos serão efetuados em 15 (quinze) DFS (dias fora a semana)**, a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário/Ficha de compensação ou outro instrumento de cobrança acordado entre as partes, pela Unidade de Contratos e Convênios do SAAE e e-mail: notafiscal@saaejacarei.sp.gov.br, através de depósito em conta corrente, preferencialmente em qualquer agência do BANCO DO BRASIL S/A ou da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou através de Ficha de Compensação.

5.2.1. Ao todo ocorrerão 12 pagamentos conforme previsto no Termo de Referência, sendo o primeiro pela primeira fase da contratação, que compreende a implementação da solução, e os demais referentes a segunda fase, que contempla o fornecimento dos itens necessários à solução.

5.2.3. Para fins de cumprimento do disposto no [Decreto municipal 870/2023](#), as notas fiscais emitidas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços à Administração direta ou indireta do município, deverão prever o destaque da retenção do imposto de renda, observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#).

5.3. O prazo estabelecido será contado a partir da data da entrega da Nota Fiscal à Unidade de Contratos e Convênios, **tendo sido efetivamente integralizada a entrega do serviço.**

5.4. Caso a Nota Fiscal seja cancelada ou substituída, alterar-se-á o termo inicial dos prazos para pagamento, o qual será contado a partir do protocolo da nova Nota Fiscal junto à Unidade de Contratos e Convênios do SAAE-Jacareí.

5.5. O termo inicial do prazo de pagamento não será alterado nos casos em que a correção de eventual irregularidade puder se realizar mediante Carta de Correção, desde que seja entregue à Unidade de Contratos e Convênios em tempo hábil ao pagamento para a Nota Fiscal.

5.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou



incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer ônus.

5.7. Não será admitido no curso do contrato, aumento ou reajuste de preços com periodicidade inferior a um ano, quaisquer que sejam os motivos alegados pela licitante vencedora, salvo em alguns casos de criação, alteração, extinção de tributos, encargos legais, ou pela superveniência de disposições legais que comprovadamente tenham repercussão nos preços contratados, implicando a revisão destes para mais ou para menos.

VI - DA GLOSA DE PAGAMENTOS

6.1. O SAAE-JACAREÍ, através de seus servidores designados, efetuará glosas imediatas e diretas sempre que for constatado o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais que possam ensejar prejuízos financeiros aos SAAE-JACAREÍ.

Parágrafo primeiro. Constatadas as irregularidades acima ou quaisquer outras, deverá o SAAE-JACAREÍ notificar a Contratada a apresentar esclarecimentos e, se for o caso, a solucionar imediatamente as ocorrências apontadas.

Parágrafo segundo. Toda vez que o pagamento for glosado, ficará o SAAE-JACAREÍ obrigado a instaurar processo de notificação à contratada.

Parágrafo terceiro. De início, a glosa implicará a suspensão dos pagamentos enquanto perdurar o processo de notificação.

Parágrafo quarto. Dependendo do resultado do processo de notificação, a glosa será:

- a) Convertida em desconto nos pagamentos devidos à contratada, à título de obrigação não cumprida, caso seja verificada sua culpa e/ou dolo em processo de notificação; ou
- b) Elidida, caso verificada a inocência da contratada, mediante comunicado de arquivamento do processo de notificação, devendo o SAAE-JACAREÍ realizar seu pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da decisão de arquivamento do processo.
- c) **Parágrafo quinto.** A glosa do pagamento se referirá apenas ao ressarcimento de prejuízos causados por lesão ou ameaça a direito do SAAE-JACAREÍ pela Contratada e, portanto, será cumulativa à penalidade de multa estabelecida na cláusula específica de sanções contratuais, posto que a glosa tem viés reparatório e a multa, punitivo.

VII - É TERMINANTEMENTE PROIBIDA A CESSÃO DE CRÉDITO E/OU ENDOSSO DE TÍTULO DE CRÉDITO EMITIDO CONTRA O SAAE-JACAREÍ

7.1. Caso a Contratada ceda crédito e/ou endosse título emitido contra o SAAE-Jacareí, fica o Departamento Financeiro previamente autorizado a reter o pagamento, sendo que este somente será devidamente regularizado mediante contra apresentação do título pela Contratada à Contratante, cabendo a esta realizar o pagamento pelos meios que entender pertinentes.

7.1.1. Ao constatar o endosso de título e/ou cessão de crédito, o departamento financeiro deverá solicitar ao departamento administrativo que instaure notificação à contratada por infração à presente cláusula, sempre garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.



7.1.2. Caso o título de crédito endossado e/ou crédito cedido seja indevidamente cobrado pela contratada ou por terceiros, responderá a contratada, integralmente, pelos danos e prejuízos causados a contratante

7.1.3. A vedação apontada no item VII não se aplica a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme artigo 73-A da Lei Complementar 123/2006.

VIII – SUPORTE ORÇAMENTÁRIO

8.1. Esta despesa será suportada pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

a) dotação orçamentária nº **03.07**, classificação funcional nº **17.512.0011.2388**, classificação econômica nº **3.3.90.40.24**, devidamente empenhada sob nº de, no valor de **R\$(.....)**, para o exercício de **2026**.

00087/030701/17.512.0011.2388/04/110.0000/3.3.90.40.24

030701 – DEPARTAMENTO COMERCIAL

87 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ

100% RECURSOS PRÓPRIOS

IX - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se ao cumprimento de todas as disposições do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, presentes no Anexo I do edital.

9.2. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor é responsável por:

9.2.1. Quaisquer danos ou prejuízos causados ao SAAE de Jacareí e/ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;

9.2.2. Indenizar ou reparar os prejuízos decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na prestação dos serviços ora contratados;

9.2.3. Pagar os tributos, multa ou ônus oriundos deste contrato, pelos quais a Contratada seja responsável, principalmente de natureza fiscal ou trabalhista, de acordo com o art. 121, parágrafo primeiro da Lei 14.133/21.

9.2.4. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e ainda as responsabilidades referentes à higiene e segurança do trabalho, resultantes da execução do presente contrato, não transfere ao SAAE de Jacareí a responsabilidade por seu pagamento, nem gera responsabilização perante qualquer órgão ou instituição competente para fiscalizar as condições de trabalho e nem poderá onerar o objeto deste contrato.

9.3. A CONTRATADA compromete-se, ainda:

a) A Contratada deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, ter executado por completo a instalação/implantação do objeto contratado, (conforme item 4.16, do Termo de Referência), podendo ser prorrogado por 15 dias, desde que justificado pela empresa (conforme item 4.17, do Termo de Referência).

b) A instalação ocorrerá no Call Center do SAAE Jacareí, sito à Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí/SP, e a operação deverá ser feita através de DDG já estabelecido: 0800 725 0330, atrelado ao número DDR (12) 3954-0316 através de máscara digital (conforme itens 3.8, 3.10 e 3.11, do Termo de Referência).



c) Todos os instrumentos/equipamentos, necessários para a execução dos serviços e testes de aceitação do serviço e produtos serão fornecidos pela CONTRATADA (item 4.5, do Termo de Referência).

d) Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente da contratante, compreendido das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, devendo ser previamente agendado; eventualmente, atender à Contratante em finais de semana e feriados para atendimento ou acompanhamento de atividades que necessitem ser executados nestes horários, cabendo à Contratante informar tais procedimentos à CONTRATADA, antecipadamente, e de comum acordo entre as partes, sem ônus adicional para a Contratante (item 4.4, do Termo de Referência).

e) A Contratada se obriga a prestar garantia, suporte e as manutenções, em conformidade com o item 10 Termo de Referência, instrumento este disposto no Anexo I do Edital.

f) Todas as informações manuseadas pela CONTRATADA são de uso exclusivo e restrito da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CONTRATANTE e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE (em conformidade com o item 4.11, do Termo de Referência).

g) A Contratada deverá elaborar e manter Relatório de Atividades (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrências relativas à execução do contrato, de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do responsável Técnico da Contratante e pelo Gestor de projetos da Contratada (item 4.7, do Termo).

h) A Contratada deverá responder por todos os custos e encargos operacionais, comerciais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste Termo de Referência e seus Anexos ou resultantes da adjudicação desta Licitação, eximindo expressamente, o SAAE Jacareí de qualquer responsabilidade (item 8.4, do Termo de Referência).

i) Os funcionários da Contratada, quando acessarem aos prédios da contratante, deverão portar identificação e manter a ordem e a disciplina no local interno da execução do trabalho.

j) A CONTRATADA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (número de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para os números relacionados pelo SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ (conforme item 3.12, do Termo de Referência).

k) **Será exigida a orientação para o “start-up” inicial e treinamento aos servidores que irão operar o sistema, bem como a manutenção, suporte e assistência técnica (conforme item 6.1.16, do Termo de Referência).**

l) Prestar garantia do equipamento e serviço de assistência técnica pelo período de vigência do contrato, após o recebimento definitivo do equipamento, cabendo-lhe efetuar o conserto ou a substituição, inclusive de componente defeituoso, sem ônus adicional à Contratante (item 8.15, do Termo).

m) Durante o período de garantia a Contratada compromete-se a executar os serviços de manutenção CORRETIVA e PREVENTIVA dos equipamentos, substituição dos serviços sem quaisquer ônus para o SAAE Jacareí, inclusive de transporte e despesas acessórias (item 10.2 do Termo).

n) Os serviços de manutenção preventiva na solução deverão ser realizados em períodos a serem definidos pelo SAAE-Jacareí de forma a não prejudicar as atividades normais e rotina de trabalho (item 10.3, do Termo).

o) O suporte técnico deverá estar disponível para manutenção ou assistência técnica, durante toda vigência do contrato. **O atendimento deverá ser de 24 horas, 7 dias por semana, de segunda-feira à domingo inclusive feriados, e a modalidade “on site” quando necessário** (item 10.5 e 10.6 do Termo de Referência).

p) Reparar, corrigir, substituir, refazer ou remover, no todo ou em parte, no prazo previsto



neste Termo de Referência, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Contratante, o objeto contratado quando for verificado vício, defeito, incorreção ou divergência com as especificações descritas neste Instrumento, sujeitando-se às penalidades cabíveis (item 8.1, do Termo de Referência).

q) O suporte técnico ocorrerá sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, mesmo quando for necessária a atualização, o traslado e a estada de técnicos da CONTRATADA, ou qualquer outro tipo de serviço necessário para garantir o cumprimento do serviço (item 10.9 do Termo de Referência).

X – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Conforme disposição do art. 90, § 5º da Lei 14.133/21, “A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante”.

10.2. Em conformidade ao disposto no art. 155 da Lei 14.133/21, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas supra as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 9.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.3.2. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.3 deste Edital, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas.

10.3.3. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.2 a 10.2.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.3.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.8 à 10.2.12, bem como às infrações previstas nos itens 10.2.2 à 10.2.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.4. Nos termos do art. 162 da Lei 14.133/21, "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato", sujeitando-se à seguinte penalidade:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.4.1. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração;

10.4.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

10.5. Na aplicação das sanções previstas neste edital será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

10.6. Sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 10.3, as multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser descontadas do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros, pela diferença, se houver ou deverão ser pagas no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis da data da sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, descontado os valores de faturas pendentes.



10.7. Não sendo pagas as multas no prazo, previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei 10.406/02 -Código Civil/2002.

10.8. Em caso de aplicação de multa e, o não pagamento da mesma por descumprimento das cláusulas previstas neste contrato, o instrumento contratual poderá ser levado a protesto, independentemente da aplicação de outras penalidades.

10.9. As multas serão descontadas diretamente dos pagamentos devidos à Contratada e, não havendo crédito para desconto, deverão elas ser recolhidas, pela mesma, na Tesouraria do SAAE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a não observância desse prazo implicará nas sanções legais e administrativas cabíveis, sem prejuízo de sua atualização monetária, desde a data do devido recolhimento.

XI – SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar o fornecimento do serviço de telefonia de rede inteligente de 0800, salvo em casos excepcionais poderá subcontratar para serviços de manutenção, devidamente autorizados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021(conforme item 4.14 do Termo de Referência).

11.1.1. A Contratada responde perante a Administração, pelos serviços eventualmente contratados per si, como se fossem executados por ela própria proponente, sendo que qualquer contratação nesse sentido dependerá de prévia e expressa autorização da Administração.

XII. DA ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/2013)

12.1. *Considera-se transcrito para o presente edital a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em especial o teor de seu Art. 5º, que trata dos atos lesivos à Administração Pública.*

XIII. DA PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

13.1. A Administração se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sem prejuízo da Publicidade e Transparência, no que couber.

13.2. A(s) Contratada(s) se obriga(m) a observar(em) as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) em relação aos dados pessoais aos quais tiver(em) acesso em decorrência do presente contrato, respeitando a privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, dentre outros, tratando-se exclusivamente para os fins necessários à execução do presente instrumento.

XIV – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente Contrato poderá ser extinto pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/21.

14.2. A extinção poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou do interesse público, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21.



14.3. A extinção contratual não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O presente Instrumento de Contrato será regido pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2. Para efeitos obrigacionais tanto o **Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2026**, quanto a(s) proposta(s) da Contratada integram o presente Instrumento de Contrato, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual

15.3. A qualquer tempo será cabível o reequilíbrio-econômico financeiro, desde que se comprove que foi afetada a parte financeira do Contrato, sendo necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da ADMINISTRAÇÃO para a justa remuneração da execução. Objetiva-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

15.3.1. O pedido deverá ser protocolado diretamente junto à Unidade de Contratos e Convênios do SAAE de Jacareí, por meio físico no endereço: Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP; ou por meio eletrônico através do e-mail: contratos@saaejacarei.sp.gov.br;

15.3.2. Para viabilizar a análise pelo setor técnico competente, o pedido deverá ser instruído com documentação comprobatória da solicitação, que demonstre claramente a variação verificada entre a situação original e a atual, inclusive declinando os valores pretendidos;

15.3.3. Caso entenda ser necessário, o SAAE poderá solicitar documentação complementar para instrução do processo administrativo.

16.3.4. Uma vez deferido o pedido, total ou parcialmente, para efetiva aplicação do novo preço solicitado deverá haver formalização mediante assinatura de termo bilateral de aditamento;

16.3.5. O valor realinhado deverá se basear no disposto no item anterior, não se tratando de mero reajuste nem tampouco de aplicação do preço praticado no mercado.

15.4. A Administração terá o prazo de 01(um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, nos termos do [art. 123, parágrafo único da Lei 14.133/21](#)

15.5. Para todas as questões pertinentes ao presente Contrato, o foro será o da Comarca do Município de Jacareí, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



XVI – DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

16.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução serão conforme especificados no **item 7 do Termo de Referência**. A gestão do contrato será realizada pelo **Departamento Comercial** do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Jacareí - SP.

Jacareí,

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

EMPRESA

TESTEMUNHAS

- 1) _____
Nome: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx
CPF: xxx.xxx.xxx.xx
- 2) _____
Nome: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx
CPF: XXX.XXX.XXX-XX



ANEXO III TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

Órgão Gerenciador: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo Órgão Gerenciador estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

PELA CONTRATADO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

(*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO IV DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

A vistoria deverá ser realizada até o último dia útil anterior à abertura da sessão, devendo ser **previamente agendada** com representante do SAAE, de segunda-feira a sexta-feira das 08:30 às 16:00hs, por meio do telefone: **(12) 3954-0300** ou ainda através do e-mail informatica@saaejacarei.sp.gov.br.



ANEXO V DECLARAÇÃO DE VISITA

Dados do Interessado:

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Tel: _____ fax: _____

Foram visitados todos os setores (endereço) da Autarquia, onde serão instalados os equipamentos, tendo sido prestadas todas as informações necessárias para a perfeita execução do objeto.

Declarantes:

Pelo Saae- Jacareí

Assinatura de quem acompanhou a visita e forneceu as informações.

Nome:

Cargo:

Pela empresa interessada

Representante legal

Nome:

Cargo:



ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS (AS) LOCAIS/LOCALIDADES ONDE SE DESENVOLVERÃO OS SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS.

Ao
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Jacareí

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 004/2026

Declaramos ter pleno conhecimento do edital, submissão às condições nele estabelecidas, conhecimento das (os) localidades/locais onde se desenvolverão os serviços, da natureza e do escopo dos mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e globais apresentados e, aceito como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

Jacareí, ____ de _____ de 20____.

Empresa

(Nome, assinatura)

Responsável Técnico

(Nome, assinatura)